

MORALIDADE ADMINISTRATIVA

Boletim Informativo



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

Edição 02/2022 - Abril/2022



ÍNDICE

05

Boletim Informativo - CAOPAM

06

Notícias do MPBA - Norma Cavalcanti toma posse para o segundo mandato como PGJ nesta sexta-feira

07

Notícias do MPBA - MP e TCE discutem aspectos operacionais de convênio de cooperação

07

Notícias do MPBA - Reunião discute plano de gestão e estratégias do MP para os próximos dois anos

08

Notícias do MPBA - Ex-prefeito de Muniz Ferreira é acionado por não recolher contribuições de servidores ao INSS

08

Notícias do MPBA - MP aciona ex-prefeito de Muniz Ferreira para que devolva quase R\$ 400 mil ao Município

08

Notícias do MPBA - Vereador e presidente da Câmara de Ibititá são acionados por utilização de veículo público para fins pessoais

09

Notícias do MPBA - CNPG emite Nota Técnica contra projeto de lei que legaliza jogos de azar

09

Notícias do MPBA - MP recomenda a rescisão de contratos de saúde irregulares em Guanambi



ÍNDICE

09

Notícias do MPBA - MP requer convocação de aprovados em concurso público pelo Município de Salinas das Margaridas

10

Notícias do MPBA - ‘Operação Saneamento’: Fiscal ambiental é preso novamente em Porto Seguro por envolvimento em esquema de propina

10

Notícias do MPBA - Operação Pixel realiza busca e apreensão para investigar suspeitas de crimes na Câmara de Madre de Deus

10

Notícias do MPBA - “Operação Casmurro” – Delegado e agentes de polícia são presos novamente por envolvimento em esquema de tráfico na Chapada Diamantina

11

Notícias do MPBA - MP e Simões Filho firmam acordos para qualificação da gestão pública no município

11

Notícias do MPBA - Acordo judicial prevê aumento da frota de ônibus em horário de pico em Salvador

11

Notícias do MPBA - MP firma acordo com Município de Madre de Deus para ampliar informações no Portal da Transparência

12

Notícias do STF

15

Notícias do STJ



Prezados colegas,

Apresento a segunda edição do boletim informativo do CAOPAM no ano de 2022. O boletim será publicado bimestralmente e tem por propósito condensar as principais informações da área de defesa do patrimônio público e da moralidade administrativa correspondentes ao bimestre abrangido. Divulgaremos as notícias relativas à atuação do MPBA, prestigiando ações de destaque. Além disso, traremos as principais decisões judiciais do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça no período. Apresentaremos as consultas e demais produções relevantes do CAOPAM. Por fim, difundiremos peças jurídicas de interesse para nossa área de atuação.

O objetivo é entregar aos leitores um boletim enxuto e preciso, o que não descarta, quando oportuno, a inclusão de materiais de outra natureza, tais como artigos e trabalhos acadêmicos, jurídicos ou não, que tenham relação com a defesa do patrimônio público e da moralidade administrativa. A publicação está sujeita a constante aperfeiçoamento e, para isso, contamos com as críticas e sugestões dos colegas.

Boa leitura!

Frank Monteiro Ferrari
Promotor de Justiça
Coordenador do CAOPAM



Norma Cavalcanti toma posse para o segundo mandato como PGJ nesta sexta-feira

A promotora de Justiça Norma Cavalcanti foi reconduzida ao cargo de procuradora-geral de Justiça do Ministério Público do Estado da Bahia pelo governador Rui Costa. O ato de recondução foi publicado no dia 22 de fevereiro no Diário Oficial do Estado. A atual PGJ foi conduzida pela primeira vez ao cargo em fevereiro de 2020 e chefiará a instituição por mais dois anos, durante o biênio 2022-2024. Ela integrou a lista tríplice eleita no dia 14 de fevereiro pelos membros do MPBA, composta também pelos promotores de Justiça Pedro Maia e Alexandre Cruz. [...]

Só no ano de 2021, o Ministério Público estadual 433 ações civis públicas de improbidade administrativa, segundo registros do sistema de informações do MP (Idea). Foram instaurados 4.251 procedimentos, entre os quais 3.435 para apurar supostas violações aos princípios administrativos, 914 de danos ao erário e 195 de enriquecimento ilícito. A atuação do MP no combate à improbidade recuperou para o patrimônio público valores acima de R\$ 100 mil por meio da celebração de acordo de não persecução cível firmados em demandas de improbidade administrativa. [...]



[+ Veja mais](#)



MP e TCE discutem aspectos operacionais de convênio de cooperação

Promotores de Justiça do Ministério Público estadual participaram de reunião no Tribunal de Contas do Estado (TCE) para discutir aspectos operacionais do convênio entre os órgãos para o compartilhamento de dados e combate à corrupção. A reunião de ontem, dia 7, realizada na sede do TCE, dá seguimento à modelagem de acordos de cooperação, com o objetivo de integrar as instituições para intensificar o combate à corrupção. O coordenador do Centro de Apoio Operacional Às Promotorias de Proteção À Moralidade Administrativa (Caopam), promotor de Justiça Frank Ferrari [...]

[+ Confira](#)



Reunião discute plano de gestão e estratégias do MP para os próximos dois anos

A procuradora-geral de Justiça Norma Cavalcanti realizou na tarde desta sexta-feira, dia 18, a primeira reunião geral de 2022 com coordenadores de Centros de Apoio Operacional, da Gestão Estratégica (CGE), da Segurança Institucional e Inteligência (CSI) e do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (Ceaf). O encontro contou também com a participação do procurador-geral de Justiça Adjunto Paulo Marcelo Costa. A reunião teve o objetivo de discutir e alinhar detalhes do plano de gestão, estratégias e ações do Ministério Público estadual no período de 2022 a 2024. [...]

[+ Veja mais](#)



Ex-prefeito de Muniz Ferreira é acionado por não recolher contribuições de servidores ao INSS

Ex-prefeito do município de Muniz Ferreira, Wellington Sena Vieira foi acionado pelo Ministério Público estadual por deixar de efetivar, entre os anos de 2017 e 2020, o repasse de contribuições previdenciárias descontadas da remuneração dos servidores municipais ao Instituto Nacional de Seguro Social (INSS). Segundo as investigações do promotor de Justiça Leandro Ribeiro Oliveira, o ex-prefeito ocasionou um débito de mais de R\$ 2 milhões perante a Receita Federal, o que gerou ao Município a obrigação de pagar juros e multas no valor de R\$ 567.014,36. Na ação civil pública ajuizada ontem, dia 30, o promotor de Justiça registra que a atuação do ex-prefeito configura ato de improbidade administrativa, que importou dano ao erário. [...]

[+ Leia mais](#)



MP aciona ex-prefeito de Muniz Ferreira para que devolva quase R\$ 400 mil ao Município

O Ministério Público estadual acionou a Justiça, para que o ex-prefeito de Muniz Ferreira, Clóvis dos Santos Penine, seja obrigado a ressarcir R\$ 393.107,36 aos cofres públicos do Município. O montante, solicitado na ação do promotor de Justiça Leandro Ribeiro de Matos Oliveira, corresponde a processos de pagamentos sonegados ao exame do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado da Bahia (TCM), no valor de R\$ 140.854,41; bem como aos processos em que não houve [...]

[+ Continue lendo](#)

Vereador e presidente da Câmara de Ibititá são acionados por utilização de veículo público para fins pessoais

A presidente da Câmara de Vereadores de Ibititá, Maria Gilaide Gomes dos Santos, e o vereador e ex-presidente da Câmara, Celson Marques de Almeida, foram acionados pelo Ministério Público estadual por ato de improbidade administrativa. Segundo a promotora de Justiça Edna Márcia Barreto de Oliveira, o vereador vem utilizando indevidamente veículo oficial da Câmara para satisfazer interesse pessoal, o que ocorre com a permissão da atual presidente do órgão, que autoriza todos os gastos do veículo. As apurações realizadas pelo MP indicam que o vereador detém a posse do veículo de forma “ininterrupta e desarrazoada”, fora do horário de expediente, chegando até a guardá-lo em sua residência, no distrito de Feira Nova. Ele utiliza o veículo como se fosse seu para práticas sociais [...]

[+ Confira](#)



CNPG emite Nota Técnica contra projeto de lei que legaliza jogos de azar

O Conselho Nacional de Procuradores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União (CNPG) expediu a Nota Técnica para sensibilizar a sociedade brasileira sobre a tramitação do Projeto de Lei n.º 442/1991, que se encontra atualmente no Senado Federal, em regime de urgência. O PL dispõe sobre a exploração de jogos e apostas em todo o território nacional. [...]

[+ Continue lendo](#)

MP recomenda a rescisão de contratos de saúde irregulares em Guanambi

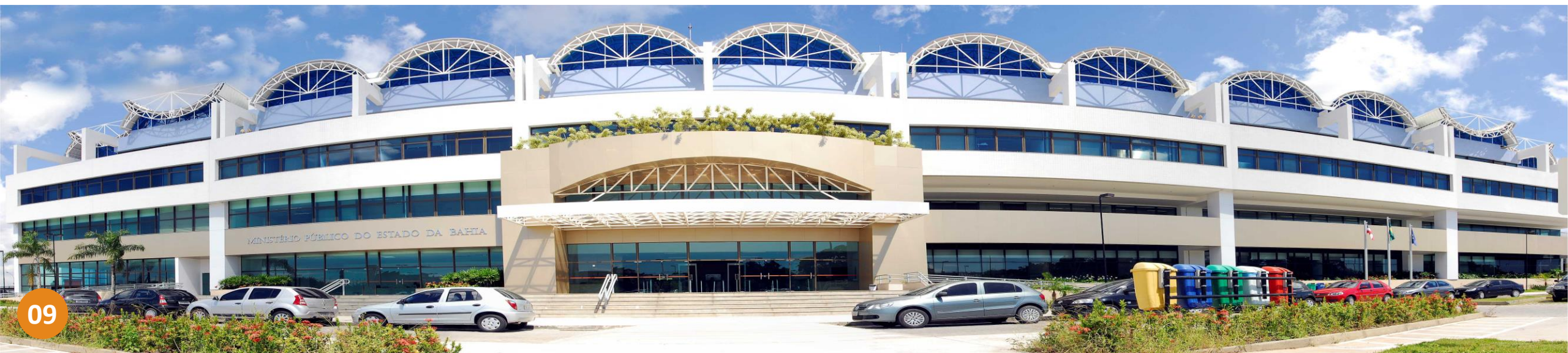
O Ministério Público estadual recomendou ao prefeito de Guanambi, Nilo Coelho, e à secretária Municipal de Saúde, Nancy Ferraz da Silveira, a imediata rescisão de todos os contratos firmados pelo Município com empresas que apresentam quadro societário formado com a participação de qualquer servidor público efetivo, comissionado ou dirigente de órgão [...]

[+ Confira](#)

MP requer convocação de aprovados em concurso público pelo Município de Salinas das Margaridas

O Ministério Público requisitou, ontem, dia 8, que a Justiça determine, em decisão liminar, ao Município de Salinas das Margaridas, a convocação e a posse imediatas de todos os candidatos aprovados em concurso público de 2016 e a anulação de todas as nomeações de servidores temporários e comissionados que estejam ocupando [...]

[+ Prossiga](#)





‘Operação Saneamento’: Fiscal ambiental é preso novamente em Porto Seguro por envolvimento em esquema de propina

O fiscal ambiental Geomar Jesus de Oliveira, envolvido em esquema de propina para licenças ambientais no sul da Bahia, foi preso novamente no final da tarde de hoje, dia 11, em Porto Seguro. A prisão foi realizada pela Coordenadoria de Polícia Civil de Eunápolis. A ação é um desdobramento da segunda [...]

[+ Continue lendo](#)

Operação Pixel realiza busca e apreensão para investigar suspeitas de crimes na Câmara de Madre de Deus

Celulares, notebooks, cheques e documentos foram apreendidos hoje, dia 28, durante a “Operação Pixel”, que cumpriu um mandado de busca e apreensão em Salvador. Realizada em parceria pelo Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco) e 7ª Promotoria de Justiça de Proteção da [...]

[+ Confira](#)



“Operação Casmurro” – Delegado e agentes de polícia são presos novamente por envolvimento em esquema de tráfico na Chapada Diamantina

O delegado Marcus Alessandro de Oliveira Araújo, os investigadores de polícia Roberval Ferreira Leite, Edivan Ferreira do Rosário e Alcione de Oliveira Marques, e o empresário Cristiano Maciel Rocha foram presos novamente por decisão cautelar da Segunda Turma Criminal do Tribunal de Justiça da Bahia, atendendo a pedido do Ministério Público estadual, por meio do Grupo Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco) e da 2ª e 3ª Promotorias de Justiça de Seabra. Eles foram denunciados pelos crimes de organização criminosa, obstrução da Justiça, tráfico de drogas, associação ao tráfico, concussão e peculato. A ação é um desdobramento da “Operação Casmurro”, que, na sua terceira fase, em junho de 2021, havia prendido o delegado, os policiais e o empresário, soltos pela Justiça de primeira instância no mês de março. [...]

[+ Veja mais](#)



MP e Simões Filho firmam acordos para qualificação da gestão pública no município

O Município de Simões Filho firmou dois Termos de Ajustamento de Conduta com o Ministério Público estadual comprometendo-se a adotar medidas de qualificação da gestão pública. Em até 90 dias, o Município deverá encaminhar à Câmara de Vereadores projeto de lei para regulamentar a prestação do serviço de táxi. Também nos próximos 120 dias, um outro projeto de lei deverá ser apresentado ao Legislativo local para adequar a legislação municipal relativa à guarda municipal às normas federais, prevendo inclusive o preenchimento dos cargos efetivos de guardas municipais através de concurso público. No acordo, assinado pelo prefeito Diógenes Tolentino Oliveira e pela promotora de Justiça [...]

[+ Continue lendo](#)



Acordo judicial prevê aumento da frota de ônibus em horário de pico em Salvador

Termo de acordo judicial firmado pelo Ministério Público estadual e o Município de Salvador e homologado pela Justiça hoje, dia 9, deverá garantir aumento da frota de ônibus em horários de pico na cidade. No documento, assinado pela promotora de Justiça Rita Tourinho e o secretário de Mobilidade Fabrizzio Muller, o Município assumiu o compromisso de regular a programação operacional, emitindo ordens de serviço para que os concessionários ampliem o quantitativo de viagens programadas nas linhas críticas [...]

[+ Confira](#)

MP firma acordo com Município de Madre de Deus para ampliar informações no Portal da Transparência

O Ministério Público estadual firmou Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta (TAC) com o Município de Madre de Deus para ampliar as informações ao público no portal da transparência, visando garantir a publicidade e o acesso aos dados sobre gestão pública. De acordo com o TAC, o Município deve implementar os instrumentos listados pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), que são necessários para a manutenção da transparência na gestão fiscal; informações detalhadas sobre a execução orçamentária e financeira em tempo real; e informações sobre a Lei de Acesso à Informação (LAI), como registros de repasses [...]

[+ Leia mais](#)



Processo administrativo e princípio da publicidade - ADI 5371/DF

RESUMO: Em regra, a imposição de sigilo a processos administrativos sancionadores, instaurados por agências reguladoras contra concessionárias de serviço público, é incompatível com a Constituição.

Isso porque (i) a regra no regime democrático instaurado pela Constituição de 1988 é a publicidade dos atos [...] [+ Continue lendo](#)

Informativo STF - Nº 1045/2022 - Brasília, 11 de março de 2022



Transferência da concessão e do controle societário das concessionárias de serviços públicos - ADI 2946/DF

RESUMO: É constitucional a transferência da concessão e do controle societário das concessionárias de serviços públicos, mediante anuência do poder concedente (Lei 8.987/1995, art. 27) (1).

Nessas hipóteses, a base objetiva do contrato continua intacta. Permanecem o mesmo objeto contratual, as mesmas [...] [+ Veja mais](#)

Informativo STF - Nº 1046/2022 - Brasília, 18 de março de 2022



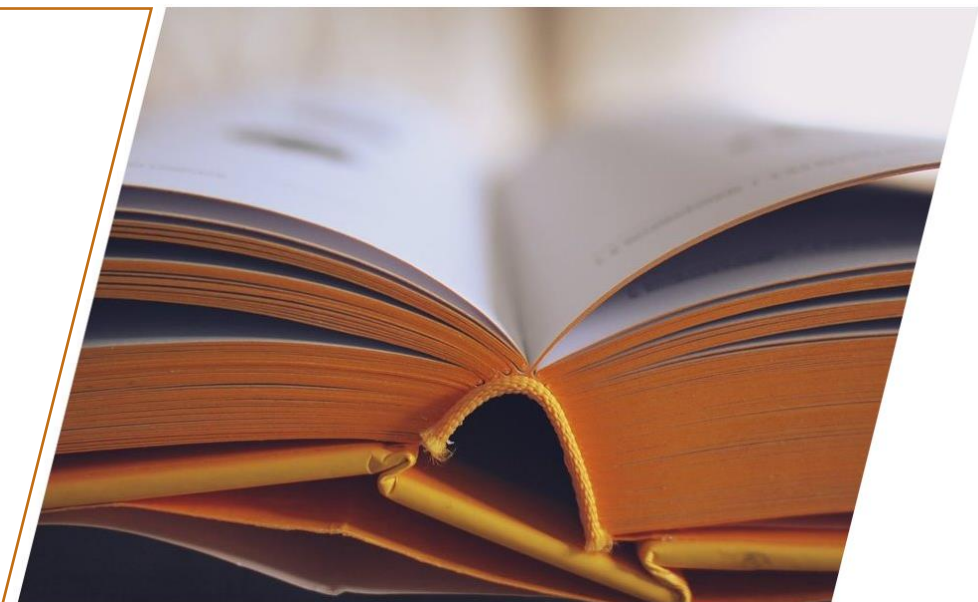


Medidas para garantir a continuidade de serviços públicos essenciais e direito de greve - ADI 4857/DF

RESUMO: São constitucionais o compartilhamento, mediante convênio, com estados, Distrito Federal ou municípios, da execução de atividades e serviços públicos federais essenciais, e a adoção de procedimentos simplificados para a garantia de sua continuidade em situações de greve, paralisação ou operação de retardamento promovidas por servidores públicos federais.

[+ Prossiga](#)

Informativo STF - Nº 1046/2022 - Brasília, 18 de março de 2022



Remanejamento de cargos em comissão de peritos do MNPCT, fragilização do combate à tortura no País e abuso do poder regulamentar - ADPF 607/DF

RESUMO: São indevidos, mediante decreto, o remanejamento dos cargos em comissão destinados aos peritos do Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura (MNPCT), a exoneração de seus ocupantes e a transformação dessa atividade em prestação de serviço público relevante não remunerado.

[+ Leia mais](#)

Informativo STF - Nº 1048/2022 - Brasília, 1º de abril de 2022





Inexigência de exercício por cinco anos na mesma classe para fins de cálculo de aposentadoria - RE 1322195/SP (Tema 1207 RG)

RESUMO: Para a aposentadoria voluntária de servidor público, o prazo mínimo de cinco anos no cargo em que se der a aposentadoria refere-se ao cargo efetivo ocupado pelo servidor e não à classe na carreira alcançada mediante promoção.

Na hipótese, a promoção do servidor à classe [...]

[+ Continue lendo](#)

Informativo STF - Nº 1049/2022 - Brasília, 08 de abril de 2022





Servidor público. Progressão funcional. Requisitos legais preenchidos. Direito subjetivo. Descumprimento por restrições orçamentárias previstas na Lei de Responsabilidade Fiscal. Ilegalidade. Tema 1075.

DESTAQUE: É ilegal o ato de não concessão de progressão funcional de servidor público, quando atendidos todos os requisitos legais, a despeito de superados os limites orçamentários previstos na Lei de Responsabilidade Fiscal, referentes a gastos com pessoal de ente público [...]

[+ Confira](#)

Informativo STJ - Nº 0726/2022 - Brasília, 02 de março de 2022

Serviço público. Contrato de concessão. Intervenção. Contraditório prévio. Desnecessidade.

DESTAQUE: Não se exige contraditório prévio à decretação de intervenção em contrato de concessão com concessionária de serviço público. [...]

[+ Prossiga](#)

Informativo STJ - Nº 0727/2022 - Brasília, 07 de março de 2022





Improbidade administrativa. Fase recursal. Acordo. Não persecução cível. Possibilidade. Art. 17, § 1º da Lei n. 8.429/1992. Alterado pela Lei n. 13.964/2019 (Pacote Anticrime).

DESTAQUE: É possível a homologação judicial de acordo de não persecução cível no âmbito da ação de improbidade administrativa em fase recursal. [...]

[+ Confira](#)

Informativo STJ - Nº 0728/2022 - Brasília, 14 de março de 2022

Magistrado em gozo de licença para capacitação no exterior. Suspensão da percepção de gratificação por exercício cumulativo de jurisdição ou acumulação de acervo processual e de gratificação de direção de fórum. Vantagens de caráter eventual e temporário. Interrupção automática do pagamento.

DESTAQUE: O magistrado em gozo de licença para capacitação no exterior não faz jus ao pagamento [...]

[+ Prossiga](#)

Informativo STJ - Nº 0731/2022 - Brasília, 04 de abril de 2022





Estacionamento. Vaga reservada à pessoa com deficiência. Violação à lei de trânsito. Dano moral coletivo. Não configuração.

DESTAQUE: O estacionamento de veículo em vaga reservada à pessoa com deficiência não configura dano moral coletivo. [...]

[+ Confira](#)

Informativo STJ - Nº 0732/2022 - Brasília, 11 de abril de 2022

Honorários advocatícios. Contrato administrativo. Licitação para contratação de serviços de advocacia. Cláusula de renúncia aos honorários de sucumbência. Lei n. 8.666/1993.

DESTAQUE: Nos contratos administrativos, é válida a cláusula que prevê renúncia do direito aos honorários de sucumbência por parte de advogado contratado. [...]

[+ Prossiga](#)

Informativo STJ - Nº 0733/2022 - Brasília, 25 de abril de 2022





Procuradora-Geral de Justiça

Norma Angélica Reis Cardoso Cavalcanti

CAOPAM - Coordenação

Frank Monteiro Ferrari

Alicia Violeta Botelho Sgadari Passeggi

CAOPAM - Assistentes Técnico-Administrativos

Evanilda da Silva Santos

Juliana Fernandes Prado

Juliana Gouvea Dumas

Leandro Rodrigues Blanco

CAOPAM – Setor jurídico

Renata Sueli Leite Araújo Barreto

Vanessa Pontes de Paula

Pablo Michel da Silva Pereira



caopam@mpba.mp.br

71 3103-6400

71 3103-6653



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA

CENTRO DE APOIO OPERACIONAL ÀS PROMOTORIAS DE PROTEÇÃO À MORALIDADE - CAOPAM

Endereço: Av. Joana Angélica, 1312, Nazaré – Salvador/ BA. CEP: 40050-002



Edições Anteriores
Clique aqui